



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

2.º	PUBLICADO NO D. O. U.
C	Do. 12 / 06 / 1997
C	<i>Scd</i> Rubrica

Processo : 10930.002744/95-29

Sessão : 19 de março de 1997

Acórdão : 203-02.942

Recurso : 99.130

Recorrente : PARANACRE CIA. PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO  
AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DO ACRE

Recorrida : DRJ em Curitiba - PR

**ITR - LANÇAMENTO** - Imposto lançado com base em Valor de Terra Nua - VTN fixado pela autoridade competente nos termos da Lei nº 8.847/94 e IN SRF nº 16/95. Argumentos desprovidos de provas. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por: PARANACRE CIA. PARANAENSE DE COLONIZAÇÃO AGROPECUÁRIA E INDUSTRIAL DO ACRE.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, **por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.**

Sala das Sessões, em 19 de março de 1997

Otacílio Dantas Cartaxo  
**Presidente**

Francisco Sérgio Nalini  
**Relator**

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros Mauro Wasilewski, Daniel Corrêa Homem de Carvalho, Sebastião Borges Taquary, Ricardo Leite Rodrigues e Renato Scalco Isquierdo.

eaal/GB



**Processo : 10930.002744/95-29**

**Acórdão : 203-02.942**

**Recurso : 99.130**

Recorrente : PARANACRE - CIA. PAR. DE COL. AGROP. E IND. DO ACRE

## RELATÓRIO

O presente processo já foi apreciado por esta Câmara em Sessão de 29 de agosto de 1996, ocasião em que, por unanimidade de votos, se decidiu converter o julgamento do recurso em diligência à repartição de origem, para que fossem anexadas as DPs de 1992 e 1993 e, ainda, informar (fls. 24/26):

a) quais os VTN declarados pela contribuinte, em UFIR, e utilizados pela SRF para lançamento do ITR dos exercícios de 1992 e 1993;

b) quais os VTNm utilizados pela SRF (conforme Ato Normativo), em UFIR, para o Município de Taracuacá-AC, que prevaleceram sobre os VTN declarados pelos contribuintes para lançamento do ITR dos exercícios de 1992 e 1993; e

c) qual o VTNm (conforme Ato Normativo), em UFIR, que a SRF utilizou como base para confrontar com o VTN informado pelos contribuintes para atender ao disposto no artigo 2º da IN/SRF nº 16/95, no município em questão, para lançamento do ITR/94.

Para melhor lembrança do assunto, leio, a seguir, o Relatório de fls. 25 que compõe a mencionada Diligência de nº 203-00.498 de 29.08.96.

Em atendimento ao solicitado a Delegacia da Receita em Londrina - PR, juntou os Documentos de fls. 30 a 40.

É o relatório.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo : 10930.002744/95-29

Acórdão : 203-02.942

### VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR FRANCISCO SÉRGIO NALINI

O recurso voluntário foi manifestado dentro do prazo legal. Dele tomo conhecimento.

O cálculo do Valor da Terra Nua mínimo - VTNm, para o lançamento de 1994, adotou a sistemática estabelecida pela Lei nº 8.847/94, por outro lado o valor por hectare foi fixado pela Instrução Normativa SRF nº 16, de 27.03.95, levantado referencialmente em 31.12.93, nos termos dos parágrafos 2º e 3º do artigo 3º da referida Lei e do artigo 1º da Portaria Interministerial MEF/MARA nº 1.275, de 27.12.91.

A contribuinte alega que houve uma supervalorização das suas terras, que são mal localizadas e distantes do município.

É certo que o Valor da Terra Nua-VTN pode ser alterado, ou revisto, pela autoridade administrativa competente, por força do disposto no art. 3º, parágrafo 4º, da já mencionada Lei nº 8.847/94. Porém, não menos certo é que essa revisão há de embasar-se em laudo técnico elaborado por entidade ou profissional de reconhecida capacitação técnica e devidamente habilitado, também, mercê do mesmo dispositivo legal.

Lembra bem a autoridade julgadora que a Lei nº 8.748/93, em seu artigo 1º, dando nova redação ao artigo 16, inciso III, do Decreto nº 70.235/72, que regula o processo administrativo fiscal, determina que a recorrente deve apresentar as provas que possuir junto aos motivos de fato e de direito em que se fundamentam os pontos de discordância.

Nestes termos, tendo em vista a total ausência de provas que sustentem o recurso voluntário, mantenho a decisão singular.

É o meu voto.

Sala de Sessões, em 19 de março de 1997

  
FRANCISCO SÉRGIO NALINI